

OS IMPACTOS DA CRISE NAS RELAÇÕES DE TRABALHO NOS SETORES METALÚRGICO E BANCÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO, EM 2009

Bartira Tardelli Nunes* Prof. José Dari Krein* **INSTITUTO DE ECONOMIA** * CNPq (PIBIC)

Relações de Trabalho– Crise Econômica– Flexibilização

INTRODUÇÃO

A crise de 2008 e 2009 impactou fortemente o mundo do trabalho não só através da elevação do desemprego, mas também pelo lado do sistema de regulação do trabalho. Nos primeiros meses do ano de 2009, surgiu uma série de proposições e de negociações entre os atores sindicais para enfrentar a crise. A finalidade da presente iniciação é realizar um levantamento das posições e iniciativas negociadas entre os sindicatos e empresas no decorrer do ano de 2009, tendo como referência dois setores da economia: metalúrgicos e bancários do Estado de São Paulo. Este trabalho, que terá como base os mesmos parâmetros e referências teóricas utilizados na elaboração da iniciação científica anterior “O debate brasileiro sobre a regulação do mercado de trabalho (1990 - 2006)”, está articulado com um esforço do Instituto de Economia em viabilizar um “Observatório da crise”.

METODOLOGIA

O foco principal é analisar o espaço da negociação coletiva, vendo como foram sendo estabelecidos, no período, os acordos entre firmas e sindicatos. Limitamos nosso estudo aos acordos e convenções coletivas feitos pelas categorias de sindicatos de metalúrgicos (São Paulo, ABC e São José dos Campos) e de bancários do Estado de São Paulo.

E, após a coleta dessas informações, analisamos o conteúdo desses acordos, observando as diferenças de enfoques sobre as possibilidades de flexibilização asseguradas no nosso marco legal. Ou seja, entre outros, são analisados os acordos sobre redução de jornada e salário, banco de horas e suspensão de contratos; assim como foram registradas outras iniciativas sindicais de enfrentamento da crise que não implicaram assinatura de contratos coletivos de trabalho.

Além disso, apresentamos as medidas tomadas pelo governo federal para se enfrentar os efeitos da crise mundial sobre a economia brasileira, e observamos o posicionamento dos diferentes atores sociais. Para olharmos o lado dos trabalhadores, analisamos as posições da Central Única dos Trabalhadores, da Força Sindical e da Conlutas. Já o lado patronal é visto através da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, e da Federação Brasileira de Bancos. A base de informações foi coletada por meio da imprensa e de documentos das entidades sindicais.

BIBLIOGRAFIA RESUMIDA

CARVALHO, Ana Nice Martins. **Como o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC respondeu à crise econômica**. Cesit-Unicamp. 2009.

CASTRO, Valéria Medeiros. **Como o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região está respondendo à crise?** Cesit-Unicamp. Observatório da Crise-2009.

CUT. **Propostas para o enfrentamento da crise. Novembro de 2008.**

Departamento Sindical da FIESP. **Recomendações para a Negociação na Crise**. São Paulo, 5 de março de 2009.

HORN, C. H. **Mensuração da mudança no conteúdo das normas coletivas sobre a relação de emprego: metodologia e aplicação**. Economia e Sociedade, v. 15, n. 2 (27). Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, p. 409-424, ago. 2006.

Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo, Osasco e região. **Relatório da Diretoria referente ao exercício de 2009.**

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Desde 2004, o crescimento econômico com estabilidade marcou o ambiente em que ocorriam as negociações coletivas brasileiras, que em 2007 resultaram em reajustes salariais iguais ou maiores que a inflação para a maioria das categorias de trabalhadores.

Quando a crise de 2008 atingiu o mercado de trabalho, a questão do emprego tomou lugar central nas negociações entre sindicatos e empresas. E esse período de negociação é marcado por duas características: a articulação entre as centrais sindicais, que buscaram unificar suas reivindicações feitas aos governos para realizarem medidas de combate aos efeitos da crise; e o fato de que as negociações foram feitas, na maior parte dos casos, de forma descentralizada por empresa, sendo que as orientações das diferentes centrais sindicais (CUT, Força Sindical e CONLUTAS) aos sindicatos de suas bases divergiram entre si em relação a vários temas.

Entretanto, o quadro de crise começou a se reverter já no primeiro quadrimestre de 2009, e a partir do segundo semestre de 2010, houve rápida retomada da produção e melhora dos indicadores econômicos. E, dada essa mudança de conjuntura, de retomada da produção e das vendas, algumas empresas cancelaram os acordos antes realizados com os sindicatos que objetivavam flexibilizar jornada e a remuneração como forma de diminuir os custos com a mão-de-obra, dada a queda da demanda. Muitos deles foram cancelados antes mesmo de entrar em vigor, devido à rápida recuperação de alguns setores.

De acordo com Castro (2009), por exemplo, dos 44 acordos de redução da jornada realizados pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, oito foram cancelados no início do mês de abril. E em junho de 2010, o Dieese divulgou que a base do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC ultrapassou 100 mil trabalhadores, se recuperando do patamar de 95 mil a que se chegou em 2009, mas ainda não alcançando o melhor resultado de 2008, com 105 mil metalúrgicos.

CONCLUSÕES

Desse modo, apesar da realização de muitos acordos que foram na direção da flexibilização da remuneração e da jornada, visando a permitir o ajuste das empresas ao quadro de crise juntamente com a garantia de emprego dos trabalhadores, a rápida melhora da situação econômica, amparada nas medidas governamentais de estímulo à demanda, conseguiu reverter muitos desses acordos. Com isso, não se concretizou um movimento de perda generalizada dos direitos trabalhistas, sendo que muitas categorias, inclusive, conseguiram obter ganhos reais de salários durante o ano.

Mas cabe notar que, durante o período mais aguda da crise – último trimestre de 2008 e primeiro de 2009- houve prejuízos aos trabalhadores sim, com o grande aumento do número de desempregados. Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED/MTE), em dezembro de 2008, houve uma destruição líquida de postos de trabalho muitíssimo elevada, de 655 mil, duas vezes mais do que foi alcançado de ganho nos dois anos anteriores! E também houve casos, como o da Embraer, em que a empresa aprovou demissões sem antes negociar com os sindicatos medidas alternativas para se preservar os empregos.